Progressões: Governo ainda pode resolver

13 Janeiro, 2022



Em ofício enviado ao Primeiro-ministro e Ministra da Saúde, exigimos que resolvam o d escongelamento das progressões e a contagem de pontos.

Os enfermeiros têm tido uma intervenção determinante na obtenção de ganhos em saúde da população portuguesa. O crescente reconhecimento, publicamente notório, da imprescindibilidade e insubstituibilidade da ação dos enfermeiros não tem tido tradução, por parte do Governo, na melhoria do valor económico e social das suas trajetórias profissionais nem das suas condições de trabalho.

Pelo contrário, o Governo tem mantido e criado novos problemas, degradando as condições laborais e o exercício de direitos legalmente reconhecidos, com impacto direto na qualidade dos cuidados e na própria segurança dos profissionais.

A dificuldade de retenção de enfermeiros no SNS é uma realidade objetiva.

No âmbito das respostas ao atual quadro pandémico por Covid-19, tem sido exaltada, social e politicamente, a importância crucial dos enfermeiros. O incansável esforço, disponibilidade, resiliência, empenho e profissionalismo de todos na prossecução diária das suas funções, em todas as áreas e domínios de intervenção, não têm tido, por

parte do Governo, qualquer valorização digna de registo.

Uma das formas de valorizar o trabalho dos enfermeiros é resolver os seus problemas. Desde logo a justa e legal contagem de pontos, para efeitos de mudança de posição remuneratória, aos enfermeiros alvo do ajustamento salarial para os 1 201€ em 2011, 2012 e 2013 e aos detentores do contrato individual de trabalho (CIT). E, não é necessária "lei nova".

Ora, sobre esta matéria:

– **O Governo já decidiu politicamente a referida contagem de pontos aos citados enfermeiros, publicamente anunciada, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2022**, pelo Sr. Primeiro Ministro, pela Sra. Ministra da Saúde e pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares;

– **No plano da consequenciação económica**, como todos sabemos, **é perfeitamente possível o pagamento da remuneração atualizada durante a vigência do regime duodecimal.**

Neste quadro é incompreensível e inadmissível que o atual Governo não resolva este problema.

Sr. Primeiro Ministro,

Para além de exaustos, os enfermeiros continuam revoltados e estão cansados da ausência de justas, sensatas e possíveis medidas do Governo. É exigível e emergente a emissão de orientações com vista â resolução deste problema.